

# ESTADO E SINDICALISMO: RUPTURA E INSTITUCIONALIZAÇÃO NA ESTRATÉGIA DA CUT

THIAGO CHAGAS\*

## Resumo

A tensão, entre uma postura adesista e outra disruptiva, fez parte da estratégia de luta das organizações operárias. A construção, por parte do capital, da hegemonia na sociedade civil, principalmente após a revolução bolchevique de 1917, se torna tão importante quanto a articulação da hegemonia na fábrica. Nesse caudal, é cada vez maior a participação do aparelho de Estado nos referidos processos. As políticas estatais dispensadas para controle e cooptação da classe operária se sofisticam ao longo do tempo. A história de lutas da CUT demonstra como o embate entre as duas alternativas foi vencido pela mais conservadora, sem, contudo, eliminar as ambiguidades do movimento operário. Entre a ruptura e a institucionalização, a opção, segundo a própria concepção de Estado da CUT, será disputar por dentro do aparelho de Estado a direção da sociedade, arcando com todas as consequências de tal escolha.

Palavras-chave: Organização Operária; Estado; Revolução.

## Abstract

The tension between a adesista posture and other disruptive, was part of the struggle of the workers' organizations strategy. The construction, by capital, hegemony in civil society, especially after the Bolshevik revolution of 1917, becomes as important as the articulation of hegemony in the factory. In this flow, is increasing the participation of the state apparatus in these processes. State policies waived for control and cooptation of the working class become more sophisticated over time. The history of struggles CUT demonstrates how the clash between the two alternatives was won by the conservative, without eliminating the ambiguities of the labor movement. Between rupture and institutionalization, according to the conception of the State CUT, will play option from within the state apparatus the direction of society, bearing all the consequences of such a choice.

Keywords: Workers Organization; State; Revolution.

**A**s discussões acerca das estratégias dos operários diante da luta de classes envolvem uma série de aspectos, desde a correlação de forças na sociedade em questão, o grau de organização da classe operária, o grau

\* Doutor em Ciências Sociais (Ufba) e professor do Instituto Federal da Bahia (Ifba).

de organização e coesão da classe dominante, os aparatos repressivos do Estado, o estado geral da economia e as condições materiais de reprodução das classes. No presente artigo, retomo o debate em torno da questão da relação entre classe social e Estado, mais especificamente o lugar que o Estado ocupa na estratégia de luta política e econômica da CUT. Sem a pretensão de esgotar o assunto em tão breve artigo, a necessidade de abordar o tema se deve à razão de existirem orientações teóricas diferentes sobre o papel e o conceito de Estado e à recente chegada ao governo federal de um partido com forte apoio da CUT, de base social, operária e popular.

Após a vitória do Partido dos Trabalhadores, percebe-se que a conquista do poder estatal pela via eleitoral, representou não só um maior distanciamento das linhas gerais da organização (se tomarmos como referência seus princípios fundantes), como demonstrou os limites de uma estratégia assentada na via eleitoral-parlamentar como meio de mudança social. Em última instância, o que se observa é a adesão ativa à reprodução da ordem social do capital.

Não é nova a discussão sobre as oscilações nos rumos do movimento político operário. Destacamos, no caso particular, a experiência da CUT. Organizada pelos setores mais combativos do operariado, com forte teor anticapitalista e, pode-se dizer, de tendência socialista, a guinada liberal parece não ser mais uma novidade, nos idos de 2014. Sem percorrer o mesmo caminho que o PT (de um partido da classe operária, para um partido dos trabalhadores, passando por um partido do povo, até chegar a um partido dos cidadãos), a CUT foi aos poucos mudando sua orientação política, seu discurso e sua combatividade. Se podemos tomar como explicações mais estruturais para tais mudanças a reestruturação produtiva do capital, após a crise dos anos 1970 e a queda da URSS, isso não é, a nosso ver, suficiente para explicar a guinada ideológico-prática dessa organização da classe operária. Nesse sentido, categorias como classe, consciência e totalidade podem ajudar a fazermos mediações entre o particular e o geral, entre a objetividade e a subjetividade, e entre o indivíduo e a sociedade.

Com a divulgação das perseguições e arbitrariedades praticadas pelo Estado soviético, ainda nos anos 1950, junto à maior participação do Estado na resolução de contradições (tanto no âmbito das relações fabris, como no seio da sociedade), o que se convencionou chamar de eurocomunismo, ganha força, reacendendo as teses que colocavam o Estado no centro da via de transformação social ou pelo menos de humanização do capital.

A socialdemocracia partia do princípio de que poderia democratizar o capitalismo por meio de reformas parciais, e de que o seu avanço progressivo poderia desaguar no socialismo. A aposta na estratégia institucional e eleitoral como meio de superação do capitalismo ganha força. A ideia de que uma nova sociedade jamais poderia se erguer sob uma base que partisse da violência, mesmo que essa violência fosse dirigida às classes detentoras dos meios de produção e em nome da emancipação do restante da sociedade. A conclusão era óbvia: “a superação do capitalismo dar-se-ia pela via do Estado, o seu controle era decisivo. No Estado é que se decidiria a história” (Lessa & Tonet, 2012, p. 74). Equívoco similar pôde ser observado também na concepção dos bolcheviques. A partir dos anos 1920, a concentração do poder do Estado nas mãos do partido trazia a “esperança de que a partir do Estado controlar-se-ia a economia e, desse modo, no momento adequado, se faria a transição ao comunismo. Novamente, seria pela via do Estado que se caminharia em direção ao comunismo” (Lessa & Tonet, 2012, p. 74). A valorização do Estado

como mediação fundamental para o socialismo significou que tanto a socialdemocracia quanto o estalinismo conceberam a transição como um processo essencialmente político, como se o Estado (e a política) fossem fundantes da sociedade e não mais o trabalho. Correspondentemente, os partidos e sindicatos operários, sejam eles socialdemocratas ou de linha soviética, passaram a defender uma tática de aproximação ao Estado, de penetração no Estado e, também, uma concepção crescentemente eleitoral da luta de classes (Lessa & Tonet, 2012, p. 75).

Trabalhadores e proletários dos países capitalistas mais importantes, notadamente a partir da crise dos anos 1970, estavam cada vez mais convencidos de que a melhor estratégia era a negociação.<sup>1</sup> Perdido completamente o horizonte revolucionário, a estratégia e a tática se reduzem a conseguir melhores condições de vida e salário para os operários das fábricas. A burocracia, solidamente estabelecida na direção dos organismos sindicais e partidários dos operários, adere a posturas cada vez mais limitadas no tocante às suas reivindicações e horizontes de alcance. A categoria profissional

<sup>1</sup> Para ver mais detalhes das concepções e ações concretas de correntes adesistas à ordem do capital ver os trabalhos de Lessa & Tonet (2012) e Nascimento & Tonet (2009).

passa a desempenhar papel importante no conjunto das lutas das organizações operárias.

### **Tratamento teórico para o problema da formação da consciência**

Soluções teóricas para o entendimento das alterações na consciência de classe nem sempre são satisfatórias quando se submetem ao plano da realidade. Podemos perceber que o percurso que vai da alienação até a constituição de formas coletivas de luta, passando pela posterior evolução até à perspectiva revolucionária, e culmina na institucionalização e burocratização, não é nenhuma novidade. Se o entendimento desses ciclos das lutas operárias só podem ser compreendidos ao serem “incluídos no conjunto das relações que determinam o ser social e as classes” (Iasi, 2006, p. 16), não se pode partir de um pressuposto que entenda ser característica da consciência de classe dos operários uma acomodação à ordem social, nem tampouco de que seja intrínseca à sua condição a negação da ordem e o vislumbre da ruptura social. A consciência, sendo também prática, é um movimento que encontra diferentes mediações e se expressa de diferentes formas, em constante mutação. Como, então, dar um tratamento não exatamente à consciência, mas às alterações na atividade ideológico-políticas da classe operária, no caso específico, à sua organização política, a CUT?

O problema da consciência está ligado às mediações que articulam determinações particulares e genéricas, constitutivas do ser social. Ora se apresenta como “consciência do indivíduo isolado, ora como expressão da fusão do grupo, depois da classe, podendo chegar a diferentes formas no processo de constituição da classe até a uma consciência que ambiciona a universalidade” (Iasi, 2006, p. 25). Muitos estudos costumam tratar do problema da constituição da consciência de classe tentando apreendê-la por descrições e relatos empíricos da atuação na imediaticidade da luta, ou, em outro polo, concebendo a classe trabalhadora como uma construção idealizada e a-histórica, portadora de uma missão que em algum momento se realizará no plano concreto. Captar a passagem de uma instância a outra seria o meio de realizar a tarefa de entendimento dos caminhos percorridos pela atividade ideológico-prática da CUT, nos últimos trinta anos.

As classes não se definem apenas pela sua posição objetiva nas relações de produção e propriedade, devendo-se levar em conta o permanente

movimento de afirmação e negação, ora como indivíduos submetidos à concorrência, ora como órgãos vivos do capital em seu processo de valorização, ora como encarnação dos interesses de classe em luta, ora como aspectos subjetivos da contradição histórica entre a necessidade de mudar as relações sociais e a determinação das classes dominantes de mantê-las.

No curso deste artigo tentamos nos blindar de análises que buscassem valorizar aspectos individuais, psicológicos, traições ou coisas do tipo para tentar explicar o curso ideológico-prático da CUT, em especial, suas concepções de Estado e implicações no curso de sua estratégia de luta. Buscamos, então, partir das formas gerais da sociedade, da correlação de forças das classes em luta e de determinações históricas.

Se ainda é pertinente perguntar se a classe social é determinante para a construção das identidades sociais, não menos o é saber em que medida a forma atual do capitalismo alterou a composição e o perfil da classe operária a ponto de inviabilizar a alternativa revolucionária numa perspectiva de saída do capital. Inquirir sobre o nível de influência que alterações nas forças produtivas e nas relações de produção têm na construção da identidade e da luta operária faz-se necessário.

### **Antecedentes históricos das revoluções operárias**

Na história do movimento operário e do socialismo moderno, a transição entre o messianismo burguês e a ideia de autoemancipação operária se processa entre 1789 e 1830 (Löwy, 2012). Para Engels, o proletariado começava a se desvincular das massas não possuidoras, dando origem a uma nova classe, mas ainda incapaz de uma ação independente, permanecendo uma ordem oprimida, impossibilitada de ajudar a si mesma, podendo no máximo receber uma ajuda de fora.

É com as formulações de Marx que a emancipação da classe trabalhadora ganha um corpo teórico mais acabado. A revolução passa a ser concebida como uma tarefa própria e exclusiva da classe trabalhadora. A tomada de consciência da sua capacidade revolucionária deve ser uma tarefa inerente à condição de vida e de luta da classe trabalhadora.

Löwy coloca a emergência da ideia de autoemancipação como dependente da conjuntura — situação revolucionária, ou da estrutura, condição proletária. A coincidência histórica das duas ordens pode, então, transformar-se em ideia-força das grandes massas populares. É

ainda durante os abalos revolucionários burgueses que surgem, antes mesmo da constituição do proletariado moderno, as manifestações de comunismo. Assiste-se ao surgimento das primeiras manifestações modernas de comunismo, onde a práxis revolucionária se traduz, no nível da consciência da vanguarda e das massas, numa atitude de radicalização das aspirações igualitárias e pela eclosão da autolibertação (Löwy, 2012, p. 47).

Embora durante as revoluções burguesas houvesse conflitos no seio da classe trabalhadora entre moderados e revolucionários, é somente após a maturação da revolução industrial que surge uma “base estrutural para uma concepção coerente e rigorosa tanto do comunismo quanto da autoemancipação. Entretanto, o papel da conjuntura continua a ser determinante: via de regra, é só no desenrolar das grandes crises revolucionárias que as grandes massas do proletariado identificam-se com as linhas mais gerais dessa concepção” (Löwy, 2012, p. 48).

Persistem setores da classe operária que não questionam por completo as bases sociais da sociedade civil burguesa e aceitam o novo Estado, assentado sobre a infraestrutura da propriedade privada e do mercado capitalista, como salvador supremo, encarnador da virtude pública diante da corrupção e do particularismo dos indivíduos, demiurgo da história, herói sobre-humano libertador dos homens. As doutrinas políticas burguesas (Maquiavel e o príncipe, Hobbes e o soberano absoluto, Voltaire e déspota esclarecido, Rousseau e o legislador, Hegel e Napoleão) assentam-se todas na ideia de um Estado encarnador da vontade coletiva. A emancipação política burguesa projeta a vida política numa esfera acima e fora da sociedade. Nesse campo político não há uma associação entre a alienação econômica do mercado capitalista e a alienação política do Estado liberal.

Se a revolução burguesa não pressupõe que a burguesia deseja uma autotransformação, desejando, assim, somente se tornar dominante, para o caso da classe operária, a transformação consciente da sociedade não pode ter, como fim último, a realização do estado imediato da sua condição operária, mas a supressão da sua condição pela tomada de consciência e pela ação revolucionária.

Contudo, é preciso estar atento a um movimento recorrente e ainda atual no caudal das revoluções operárias; o fato de que, por uma série de razões — e que só o estudo dos contextos históricos específicos é capaz de

elucidar, a vanguarda ou mesmo uma grande parte da massa retoma, por conta própria, a mitologia burguesa ou recupera formas de organização e de ação passadas. Löwy chega a elencar alguns aspectos que poderiam explicar tal postura regressiva, a saber: a fraqueza e a imaturidade, ligadas ao baixo nível de consciência do movimento operário; as derrotas sofridas e os recuos das revoluções; o isolamento da vanguarda, a burocratização e o descompasso entre dirigentes e a massa.

A ideia central do comunismo de massas de Marx repousa em uma análise crítico-científica, que põe a revolução operária do terreno da possibilidade e não da inevitabilidade ou do voluntarismo. Cabe ao intelectual e ao partido fazer mediações, mas jamais servir de guia ou demiurgo da revolução.

É no conflito existente nas relações entre Estado e sociedade civil que Marx irá buscar as bases para romper com a filosofia hegeliana do Estado. A essência privada da sociedade civil e seu individualismo centrado na propriedade privada limitam a constituição do político à liberdade do comércio e da propriedade, à independência das esferas privadas. A verdadeira democracia seria, à luz das ideias de Marx, resultante da transformação radical da sociedade, pela supressão do Estado político alienado e da sociedade civil privatizada. Deve-se abolir a separação entre social e político, universal e particular. A república burguesa norte-americana ou a monarquia prussiana são formas de um mesmo conteúdo, a propriedade privada. Logo, não se trata de alterar a forma política, mas o conteúdo social. Na recusa de soluções utópicas ou criadas pela mente de gênios brilhantes, Marx entende que os princípios basilares para construção de uma nova sociabilidade devem ser buscados no próprio mundo, no decorrer das lutas, rejeitando a separação moralizante entre o ser e o dever ser.

A crítica de Marx estava em denunciar que “a organização socialista do trabalho total, em vez de surgir do processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da «subvenção estatal», subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção «criadas» por ele, e não pelos trabalhadores”. Não cabia imaginar que por meio de subvenção estatal fosse possível construir uma nova sociedade (Marx, 2012). Nas críticas que tece às concepções lassallianas de Estado, Marx demonstra ceticismo quanto às possibilidades de uma ruptura dentro dos marcos da forma de Estado da sociedade burguesa, a república democrática.

A idealização da via revolucionária por dentro do Estado encontrará eco no século XX, dentro da linhagem liberal da social-democracia alemã

dos anos 1920. A ordem pacífica instituída pelo Estado, segundo essa concepção, ia de encontro à ideia de um Estado condutor da sociedade a seus fins, seguidor dos moldes da fábrica e seus pressupostos ordenativos, com suas regras e obediências a planos (Oliveira, 2004). Nesse sentido, o

correlato do patrão na fábrica-fábrica era o Estado na fábrica-sociedade. Ambos se legitimavam pelos papéis que cumpriam de reprodução de corpos só na aparência dispare. O novo corporativismo se propunha a ser esse embrião de corpo intermediário responsável pela construção de uma identidade setorial, tendo em vista o fortalecimento de uma postura reivindicativa, num momento em que as necessidades reprodutivas do capital dependiam cada vez mais dos processos hegemônicos. Era o nascer de uma possibilidade de participação nos processos decisórios centrada no capital, com eliminação do trabalho como componente ativo (Oliveira, 2004, p. 180).

A questão da participação, mais especificamente das classes operárias, nos processos de construção de uma hegemonia que garantisse a reprodução do capital, passa pela institucionalização das reivindicações e das organizações da classe trabalhadora, segundo a ideia da necessidade de um árbitro neutro, o Estado.

A eclosão da revolução soviética, em 1917, e o conseqüente crescimento do movimento operário, em boa parte do Ocidente europeu abriu uma vaga de lutas que visam a construção de uma “realidade que reflita minimamente os ideais de solidariedade e comunitarismo” (Oliveira, 2004, p. 186).

O capital, contudo, não esperaria para ver os desdobramentos de tais acontecimentos, tratando de se adiantar ao recrudescimento da combatividade operária no espaço fabril e fora dele, com medidas repressivas e novos modelos gestoriais capazes de aplacar os ânimos dentro da fábrica. Disseminam-se os métodos de controle e gestão do trabalho, desenvolvidos por Taylor. O foco da análise taylorista era dirimir as reivindicações dos trabalhadores, tentando garantir um ambiente que preconizasse a colaboração<sup>2</sup> entre capital e trabalho, que, na sua visão, tinham interesses convergentes.

2 A Inglaterra será pioneira na formatação de espaços institucionais que integram trabalhadores e capitalistas sob a mediação do governo, visando elaborar proposições que vão de assuntos relacionados à melhoria do processo de trabalho, passando pelas relações trabalhistas, até discussões sobre diretrizes macroeconômicas.

Visando deslocar a tendência operária que preconizava maior controle do processo de produção, difunde-se com a nova perspectiva gestorial a ideia de participação, a ser viabilizada pela via da qualificação operária. Sem dúvida que a

estratégia capitalista de postular em alguns espaços a participação dos trabalhadores como alternativa gestorial só se justifica, portanto, pelo avanço conseguido pelo movimento operário organizado em direção a uma perspectiva revolucionária [. . .]. A participação passa a ser vista como mecanismo de controle. Trata-se de ativar mecanismos de participação dos trabalhadores como alternativa estratégica defensiva do capital (Oliveira, 2004, p. 187).

Deslegitimar qualquer tendência que colocasse a contradição entre capital e trabalho como inconciliável é então o *leitmotiv* das ações assumidas em nome dos interesses da firma. Aos poucos vão sendo construídos pactos que deslocam paulatinamente correntes que abrem espaço para maiores questionamentos da ordem do capital em favor de outras que abandonam a possibilidade de controle social dos processos produtivos e a ruptura com o padrão de dominação. Oliveira (2004) destaca que tal postura dos trabalhadores organizados é uma estratégia “conscientemente elaborada”. Prova disso são as inúmeras experiências nas formações sociais europeias ocidentais, de corte democrático, em que espontaneamente os trabalhadores assimilam tal ideologia colaborativa. Mas uma vez fica clara a ideia de que embora o movimento contraditório do capital encerre uma luta de classes fundamental, aquela em que se debatem capitalistas e operários, isso não implica, de antemão, uma necessária tomada de consciência, de cariz revolucionário, pela classe trabalhadora.

A institucionalização das lutas vai ganhando corpo. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa se encontra em dificuldades (crise política, estrutura produtiva destruída e níveis de desemprego e inflação elevados), o moderno Estado social de direito vai ganhando forma, abrigando em suas hostes demandas sociais organizadas e elaborando decisões políticas que alteram de forma significativa a própria forma estatal, sem, contudo, se dar o mesmo com seu conteúdo. A intensificação da presença do Estado o torna mais do que um agente secundário, um partícipe ativo no processo de reprodução social, ampliando os mecanismos de representação

de interesses e reforçando o intervencionismo estatal. A defesa de uma ação estatal não será mais limitada ao âmbito monetário ou anticíclico (mediante a criação de uma demanda agregada), mas se ampliará a searas da sociedade civil, em suas relações não mercantis. Correntes à esquerda, reverberando as ideologias reformistas presentes desde os anos 1920, distanciam-se cada vez mais da ideia de uma transição revolucionária, momento em que o Estado deveria ser transformado em uma ditadura do proletariado. Pelo contrário, assimila-se a noção de Estado como espaço privilegiado de disputas de interesses organizados, como campo de forças que aglutina diversas tendências, sem nenhum questionamento da ordem do capital.

A crescente demanda por uma nova configuração estatal, notadamente após a crise de 1929, termina por “ampliar o consenso de que a participação do Estado na gestão racional da dinâmica privada poderia se transformar em fórmula capaz de impedir que conflitos daí decorrentes — marcadamente os que redundavam dos mecanismos de apropriação de seus resultados” (Oliveira, 2004, p. 203). Tal pactuação é reforçada pelo “perigo” soviético — como ameaça ideológica e modelo de intervenção estatal; e por uma Europa que não consegue sair da crise — níveis de crescimento econômico insatisfatórios e momento de forte influência política da social-democracia e dos operários. Somente com o advento da crise econômica do final dos anos 1960 que os marcos institucionais do pós-guerra sofrem questionamentos e políticas de intervenção do Estado passam a incomodar. As críticas recaem sobre o espaço que acumulou ao se transformar em eixo importante da gestão democrática da economia, intervindo na sociedade como um todo. A própria culpa da crise recai no Estado, agora acusado de não conseguir mais contornar a incertezas estruturais.

### **As ambiguidades da CUT a respeito do Estado**

A crise econômica mundial repercute nas periferias capitalistas mediante a crise do padrão de financiamento e do modelo de substituição das importações. No Brasil, a ditadura civil-militar já não encontra capacidade para manter o seu padrão de dominação. A quebra do protecionismo comercial representará o início de dificuldades para manutenção do pacto fordista periférico. O sindicalismo fordista e sua estratégia de defesa do modelo social-democrata de relações e de contrato vinha se viabilizando através da transferência da produtividade para os salários, referendando o

pacto. Com as dificuldades econômicas e a quebra da reposição salarial, ainda nos anos 1970, o sindicalismo aparece na luta contra o regime militar, mas mantém a defesa de uma sociabilidade baseada na tríade negociação/confronto/contratação — o que não deixava de ser uma novidade na tradição da política e das relações de trabalho no Brasil (Oliveira, 2005). É nesse caudal que o movimento operário brasileiro funda a Central Única dos Trabalhadores, em 1983.

O novo segmento, apartado da experiência das décadas de lutas passadas, recrutado entre migrantes e localizado fora da cidade de São Paulo (no polo industrial do ABC), dirige o processo. Suas incertezas e ambiguidades também serão cada vez mais nítidas, à medida que as condições concretas exijam posicionamentos. A defesa de uma “separação profilática das lutas econômicas reivindicativas e a dimensão política, tratada como um misto de saudável desconfiança e puro preconceito” (Iasi, 2006, p. 362) representa seu distanciamento de referenciais marxistas e liberais.

Líderes sindicais mais combativos nem sempre conseguiam apresentar alternativas de fato autônomas em relação à estrutura sindical. Em discursos, respeito e elogio a presidentes de sindicatos pelegos, demonstrando uma atitude legalista e dentro da ordem se combinavam com críticas severas às degradantes condições de trabalho. A busca de saídas que representassem o novo podia ser observada na fala de uma forte liderança sindical. Segundo o líder sindical Luiz Inácio, o homem estava, no sistema de trabalho brasileiro,

esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais mezinhos ideais de liberdade, limitado em sua capacidade de pensar e se manifestar. Escravizado pelo poder econômico, explorado por outros homens, privado da dignidade que o trabalho proporciona, tangido pela febre do lucro (Iasi, 2006, p. 363).

Para o novo sindicalismo a democracia assume a condição de valor universal, mesmo sem precisão sobre o que de fato significa democracia. Para o movimento sindical era um misto de garantias e mecanismos de gestão de políticas públicas, representação e participação política, abridora de possibilidades para conquistas populares em função do seu caráter plural. Entre os protagonistas do movimento operário de 1978 havia um consenso quanto à importância e necessidade de participação dos trabalhadores como

condição para a própria existência da democracia (Zanetti, 1995). Ao mesmo tempo, era clara a constatação, feita pelo próprio movimento, de que a mobilização dos trabalhadores se dava por questões econômicas, embora incluisse na pauta a lei de greve, a crítica à estrutura sindical corporativa e a anistia. Mas essa amplitude das lutas, muitas vezes, restringia-se ao âmbito discursivo, pois a “ausência dos trabalhadores nas lutas mais gerais da oposição ao regime é um fato que ninguém pode negar” (Zanetti, 1995, p. 30).

Já em 1979, em outro discurso, a posição do líder sindical, acima referido, sofre leve alteração, vendo a necessidade de cambiar sua relação com o Estado. Percebendo os limites da luta categorial e mesmo declarando-se apolítico e defendendo que não deveria haver participação dos trabalhadores em nada que os tirasse da sua luta salarial, conclui que a classe política e os partidos políticos não se posicionam em relação à greve, devendo o movimento sindical, em razão disso, disputar espaços dentro do Estado, por meio do voto e da organização política, partidária e parlamentar, aumentando, assim, sua influência na vida social do país.

O partido político é visto como o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar a luta, segundo tese do IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em 24 de janeiro de 1979. A participação política dos trabalhadores na vida da Nação estava no mesmo projeto que impedia o partido de ter em suas fileiras não assalariados. A tomada do poder passava pelo Estado e, como condição para a democracia, estabelecer-se-ia, sob o governo de trabalhadores, a erradicação dos latifúndios improdutivos, a distribuição de terras aos trabalhadores sem terra, a nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras, de setores estratégicos (bancos, empresas de energia, indústria extrativa, infraestrutura) e controle popular sobre os fundos públicos. Sua plataforma pretendia, no plano ideal, alterar de forma significativa as relações de propriedade do país. Em 1979, é organizada a Comissão Nacional Provisória. Nessa, os operários eram 47%, os trabalhadores rurais 11%, e os professores 11%.

A ata de fundação da CUT continha esboços do que seria o plano estratégico geral e sua compreensão sobre quais deveriam ser os princípios norteadores das relações, não só com o patronato, mas com o Estado. Dentre os pontos destacava-se a ideia de que a central devia ser unitária e classista, em busca de uma sociedade sem exploração, com democracia política, econômica e social. Pregava-se ruptura com posturas de coopera-

ção com o capital e a organização dos trabalhadores por local de trabalho e em torno de pautas mais gerais. Deveria lutar para alterar a estrutura sindical e desatrelar o sindicato do Estado.

O paradoxo é que justamente nessa luta contra o governo se forja a incorporação do movimento e de suas práticas às hostes institucionais, alterando, aos poucos, a linha insurrecional do movimento operário. Nesse sentido, “a política institucional acolheu uma das formas daquele questionamento — o Partido dos Trabalhadores —, o qual surgiu de um amplo conjunto de categorias sindicais das forças de trabalho” (Oliveira, 2005, p. 137). Mais do que uma cooptação ou mudança sobre as concepções de Estado e sobre suas relações com ele, a adesão das direções dos trabalhadores ao projeto fordista dava-se pela aceitação dos limites da democracia que começa a se gestar, nos anos 1980, com a transição democrática.

As atas congressuais e as pautas reivindicativas do período das greves, e mesmo do momento da transição democrática, destoam do que se observa nas pautas e lutas públicas. A tensão entre um projeto de longo prazo e o que se expressava no campo político eleitoral, imediato, tendeu a fazer fenecer a primeira alternativa, culminando na intensificação da via institucional como desfecho das lutas populares.

As greves, embora tenham crescido em número, num contexto de luta pela democracia e por políticas sociais universais continuavam atreladas às condições de trabalho e salariais. Com o passar dos anos, a democracia, símbolo de uma alternativa à ditadura, fica desqualificada pela sua incapacidade de resolver o problema do crescimento e da inflação, e termina com a pecha de corrupta. A ineficiência estatal se torna a explicação para os graves problemas do país. O antiestatismo começa a ganhar força.

As ambiguidades aumentam em meio à crise econômica e o desemprego. Fontes (2010) identifica certa desconsideração do operariado em relação ao Estado como *locus* importante de poder. Sua conquista não seria importante para a luta popular. Os novos movimentos assumem, então, dentre outras posições, a de recusa não só de uma luta no âmbito do Estado, mas também da interferência e intermediação de partidos ou organizações estáveis (vistas como entraves à dinâmica dos movimentos). Embora tais afirmações não sejam totalmente equivocadas, elas expressam apenas um viés, não colocando as ambiguidades do próprio movimento concreto, que se encontrava às voltas entre uma disputa dentro dos limites institucionais, uma luta restrita à sociedade civil e uma luta insurrecional.

A própria noção do que seria a reforma do Estado era ambígua, sendo também um dos pontos de divergência entre setores da classe trabalhadora. A diferença de regime de contratação dos operários das estatais era o mote da cunha patrocinada pela mídia e por seguimentos operários. Criavam-se meios para rachar a classe operária. A estratégia da burguesia, da mídia e de outros setores da classe trabalhadora, era ressaltar a diferenciação que, de fato, havia entre segmentos da classe operária do setor privado (localizados nas multinacionais), do Estado (nas estatais) e frações não operárias localizadas no setor de serviços. A luta pela manutenção do emprego e por melhoria salarial não era levada a cabo mediante unificação das categorias, mas feita em separado, mostrando os limites da luta salarial. Isso, além de esvaziar o debate em torno da exploração, demonstrava o quanto a CUT era, mais do que um órgão coletivo unificado, um espaço de aglutinação de tendências nem sempre congruentes.

Se o sociometabolismo do capital é uma necessidade histórica do seu próprio processo de constituição, a

transformação da forma pela qual o capital e o Estado interagem não altera, contudo, a natureza do modo de produção capitalista, mas adapta-o para fazer frente ao processo de valorização e acumulação de capital. É nesse sentido que se torna absolutamente fundamental para o capital a construção de uma nova institucionalidade (reforma do Estado, redefinição da relação executivo–legislativo–judiciário, reformas no sistema educacional, da previdência e reforma sindical) que lhe ofereça força de trabalho segundo suas exigências. Na reconstrução do terreno institucional a dinâmica da luta de classe é sempre fundamental (Dias & Bosi, 2005, pp. 45-6).

A grande conquista dos trabalhadores no período democrático dos anos 1980 foi o reconhecimento da legitimidade da sua causa salarial e a abertura de uma mesa de negociações, algo sempre negligenciado pelas empresas. Mas tais movimentos mostraram o caráter incipiente ou prematuro do nível de consciência de classe desenvolvido até então, não conseguindo ir além, rumo a uma confrontação mais aberta que buscasse negar o próprio capital (Antunes, 1988). A fala do então presidente do sindicato dos metalúrgicos dá pistas dos contornos que assumiriam esses movimentos após a transição democrática. A busca por autonomia diante do Estado e

por reconhecimento dos trabalhadores como componente fundamental para o desenvolvimento do país mostrava os limites estreitos em que se colocavam aquelas lutas. Mais do que isso, a concepção que tinham do Estado estava bem próxima da vertente social-democrática, pois entendia que “a classe política, mesmo não sendo composta de trabalhadores, era eleita para fazer alguma coisa em seu benefício” (Zanetti, 1995, p. 26).

A ambiguidade das posições no interior da própria CUT sobre o sentido da democracia e do papel a ser desempenhado pelos trabalhadores é patente nas falas e concepções de lideranças, ou mesmo nas atas da fundação e as posteriores. Se, por um lado, questiona a tutela estatal, mais do que extinguir esse Estado, tais sindicatos buscam sua inserção nesse mesmo aparelho, definindo a democracia pelo nível de participação que as classes subalternas desfrutam nos referidos espaços estatais.

Entre os intelectuais, Vianna (1983) reforça a visão de que o Estado, visto como uma instituição em separado, atua como mediador de conflitos, devendo, pois, ser incluído no rol das prioridades do movimento dos trabalhadores, dedicados mais à interlocução com o patronato. A limitação da luta ao âmbito privado, para Vianna (1983), além de estreitar a oposição à questão econômica, salarial, fazia com que os sindicatos perdessem a chance de voltar-se para questões mais amplas. O Estado, como esfera pública era, então, o espaço ideal para levantar questões de maior amplitude. Interessante notar que a referida visão termina por reconhecer a democracia como valor universal e objetivo a ser alcançado. A superação da estrutura sindical corporativa e autoritária passaria pela institucionalização do conflito entre capital e trabalho. A postura mais combativa diante do Estado e do capital vinha acompanhada do “deslocamento da atenção e da luta, da área do Estado e da conquista do poder, para o fortalecimento da sociedade civil, vista como espaço privilegiado para consolidação da democracia” (Zanetti, 1995, p. 49). A denúncia do Estado autoritário leva ao enaltecimento do que seria a sua contraparte, a sociedade civil. Nega-se a tutela estatal sem negar o próprio capital, que, em última instância é a razão de ser do próprio Estado.

### **As estratégias da CUT no contexto neoliberal**

No início dos anos 1990, a reestruturação produtiva e a ascensão de uma coalizão de direita ao poder abrem espaço para reformas neoliberais,

iniciadas com mais força no governo Collor. Embora tenha começado ainda na transição democrática (1979-1988), época em que uma ampla gama de forças discordantes tinha como único ponto de congruência a democracia, é no início dos anos 1990 que a agenda pública reforça seu viés neoliberal, mais ortodoxo, restringindo a democracia à redução da inflação e à resolução da dívida social brasileira, mesmo que esta fosse vista sempre como variável dependente do crescimento econômico. As privatizações das empresas estatais (com demissões em massa), a desregulamentação da economia, a abertura comercial, a liberalização do movimento de capitais e a reforma do Estado conformam novas práticas e representam um contra-ataque ao poder dos trabalhadores.

A eleição de Fernando Collor de Mello representa tanto a incapacidade das forças operárias e populares para conduzir a transição, como uma ofensiva do capital industrial e financeiro, nacional e internacional, em relação ao ganho organizativo dos movimentos operários.

Ganha espaço a tese de que a empresa privada deve, cada vez mais, absorver atividades antes desenvolvidas pelo Estado. A reformulação institucional, mediante contratos de concessão, é a via pela qual as funções antes monopolizadas pelo Estado vão se transferindo à iniciativa privada. A abertura comercial, a desregulamentação das relações de trabalho e a redução de entraves à mobilidade de capitais são agora alçadas à condição de viabilizadoras da competitividade. No contexto democrático, busca-se integrar a tomada de decisões do Estado à dinâmica da acumulação do capital e às redes de poder de classes em vias de restauração.

A nova governança passa por uma rearticulação entre sociedade civil e Estado. Na produção de legislação e estruturas regulatórias, na coerção de movimentos operários não alinhados e na assimilação do discurso dos que faziam oposição, a lucidez pragmática do Estado neoliberal busca unir repressão e participação, coerção e assimilação. As organizações não governamentais e do terceiro setor proliferaram em conjugação com a solidificação do Estado neoliberal. O conceito de sociedade civil, tomado como oposição ao poder do Estado, torna-se central para os resistentes. Pode-se dizer, então, que, no contexto do neoliberalismo, não se esvazia o Estado nem suas instituições, mas confere-lhe nova configuração, equilibrando coerção e consentimento.

Em meio à ofensiva do capital sobre o trabalho, o racha do movimento operário fica explícito nas eleições de 1989, com o apoio público

da CGT à candidatura de Collor.<sup>3</sup> A acirrada eleição de 1989 expressava a polarização da sociedade brasileira naquele momento e o caráter não hegemônico das soluções para a transição democrática. Após o pleito eleitoral, o novo governo abre campanha de difamação das lutas populares e de setores sindicalistas ligados ao funcionalismo público. O antiestatismo ganha força no seio da opinião pública. A fragmentação cada vez maior da classe trabalhadora, a concorrência entre as centrais e a reestruturação produtiva, jogavam contra a unificação da classe.

É nesse contexto que a CUT abandona a postura defensiva e opta por uma postura propositiva. Entende-se que a crítica não caberia mais, a não ser que viesse acompanhada de alternativas concretas. Essa postura “começou a ser esboçada na Plenária Nacional da CUT, de agosto de 1990, em Belo Horizonte, e saiu consolidada do IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo, em setembro de 1991” (Boito, 1996, p. 91).

Tal postura, embora representasse a hegemonia da corrente Articulação Sindical, não seria capaz de sufocar, de vez, a ala esquerdista. A nova estratégia deu sustentação à produção de documentos que defendiam políticas setoriais, a constituição de fóruns tripartites (governo, associação patronal e trabalhista) e a ampliação das câmaras setoriais. Segue-se daí a coadunação dessa postura com o neocorporativismo da CUT. A postura casuística nas questões que se colocavam e o abandono de qualquer luta mais ampla e de longo prazo, aos poucos, comprimem as pautas diante dos estreitos limites das instâncias estatais. Participar do poder passa a ser o sentido da estratégia cutista.

As noções de Estado e de sociedade civil da CUT, como também a sua própria concepção de classe, se modificam, com o avançar da ofensiva neoliberal. O discurso que entendia a relação entre a classe trabalhadora, empresários e governo como inerentemente conflituosa, agora se transfigura na defesa da harmonia, (re)semantizando os grupos e os identificando não mais como classe, mas como sociedade civil organizada.

As análises passam a colocar as dificuldades dos trabalhadores não como resultado das relações sociais que estão na base do modo de produção capitalista, mas resultantes de políticas equivocadas do governo. A visão liberal de sociedade propugnava uma parceria com o Estado e o capital. Tais perspectivas dominam o discurso, em que pesem as oscilações

3 Antônio Magri, presidente da Central Geral dos Trabalhadores, assumirá a pasta do Ministério do Trabalho.

e dubiedades. A luta, agora, é por participação da sociedade civil nos mecanismos de gestão estatal, no controle dos fundos públicos, na formulação de políticas públicas. A própria noção ampla de sociedade passa a permitir que a CUT defenda a necessidade de reestruturação da economia brasileira, através da introdução de novas tecnologias, de reformulação dos processos de trabalho, de abertura ao comércio exterior e da especialização produtiva. Cabe ao país articular uma nova estratégia produtiva, aglutinando os interesses das indústrias e dos trabalhadores como meio de reverter as desigualdades sociais. É preciso atrair investimentos estrangeiros e dar incentivos creditícios e fiscais a empresas privadas.

Adaptar-se requer a reformulação do arcabouço regulatório que esteve vigente durante o período pós-guerra. No Brasil, a ideia de que a regulação estatal introduz desequilíbrios nos mercados, estanca a produtividade e emperra o crescimento econômico (meio mais racional de atingir o bem-estar) passa a ganhar corpo e fundamentará todas as investidas que visam reformas sociais, principalmente as ligadas à regulação laboral, que têm um impacto direto sobre os custos diretos e a produtividade.

O discurso da inevitabilidade das transformações causadas pelas inovações tecnológicas e pela concorrência não deixava alternativa, senão integrar-se ao referido contexto. A dinâmica do mercado de trabalho, diante das regulações vigentes, não seria capaz de estimular a elevação da produtividade. A orientação é buscar formar consensos entre capital e trabalho, uma vez que esses elevariam a produtividade e resultariam em manutenção do emprego. A cooperação passa a ser o eixo da relação entre as classes, condição para a Nação competir no atual cenário internacional.

A desqualificação da CUT e o enaltecimento das lideranças pelegas, alçadas aos postos de maior escalão do governo, deixam claras as intenções do primeiro governo eleito pelo voto popular, desde 1961. Contudo, não bastaria colocar uma cunha no movimento sindical, incentivando lideranças pelegas e a formação da Força Sindical. Era preciso quebrar a força numérica dos sindicatos combativos, lançando mão, para isso, da violência do desemprego. Na década de 1990, o desemprego nacional atinge cerca de dez milhões de brasileiros, chegando, em algumas regiões metropolitanas, a dois dígitos, ou 140% maior que nos anos 1980. Esse seria um duro golpe nos sindicatos, agora em condições visivelmente desfavoráveis, diante da reestruturação produtiva e da abertura comercial (Mattoso, 2001; Pochmann, 2002).

A partir de 1994, as políticas contracionistas do Plano Real conseguem estancar a inflação, mas geram forte recessão com elevado desemprego. As medidas econômicas e políticas do governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, não seriam facilmente aceitas pelos trabalhadores. Uma onda de greves toma conta do país em função das alterações nas relações laborais, introduzidas em paralelo ao processo de privatização. Com o acirramento do desemprego e da repressão, a questão econômico-salarial cede espaço para a manutenção do emprego. Era uma clara postura defensiva do movimento sindical, que viu reduzir suas fileiras, contribuições e combatividade. O número de greves, na década de 1990, esteve na casa do milhar, com o número de grevistas oscilando entre dois e cinco milhões de trabalhadores por ano. Mas, a partir de 1997, a queda é acentuada, saindo de 1.228 greves, em 1996, para 631, em 1997, e 506 greves, em 1999.

As alterações nos padrões de regulação do trabalho representarão mudanças significativas.<sup>4</sup> Tais mudanças ocorrem no período democrático e após o auge da luta do movimento operário nos anos 1978-1988. Enfraquecido, o movimento operário caminha para a conciliação. Assiste-se a uma “indiferenciação de interesses de capital e trabalho e a consequente redução da legitimidade de projetos alternativos de gestão do trabalho e mesmo de relações industriais” (Cardoso, 2003, p. 56). A luta por categoria e, mais especificamente, por empresa, torna-se a prática no movimento sindical,

4 No tocante aos *contratos de trabalho*, em 1994, são criadas cooperativas de prestação de serviço, sem caracterização de vínculo empregatício e sem os direitos trabalhistas previstos na CLT; em 1995, é favorecida a terceirização do emprego e a formação de cooperativas de trabalho; em 1996, são eliminados os mecanismos que inibem a demissão imotivada e reafirma-se a demissão sem justa causa; é redefinido o contrato temporário, facilitando sua proliferação; estabelece-se a unificação dos impostos e contribuições; e reduz-se parte do custo de contratação do trabalho; em 1998, é estabelecida a jornada de quinze horas semanais, com salário e direitos reduzidos e sem participação do sindicato na negociação; em 1999, define-se o limite de gasto do Estado nas despesas com pessoal; regulamenta e estabelece o prazo de dois anos para as demissões por excesso de pessoal, e é estabelecida a possibilidade de demissão dos servidores públicos estáveis por excesso de pessoal.

A regulação em torno do *tempo de trabalho* sofre alterações, procurando flexibilizar as formas de uso da força de trabalho. Em 1998, é definida a jornada organizada (banco de horas) para atender às flutuações dos negócios, com prazo de um ano para sua compensação, mediante acordo ou convenção coletiva. No tocante aos *salários*, em 1994, são intensificados os incentivos para a livre negociação, mediante a eliminação da política de reajuste salarial do Estado; é proibida a cláusula de reajuste automático dos salários; em 1997, é estabelecido o fim da correção do salário mínimo, sendo seu valor definido pelo Poder Executivo; em 2000, define-se que a participação do trabalhador nos lucros e resultados da empresa deve ser resolvida por negociação coletiva de trabalho. A respeito das formas de *organização do trabalho e da luta sindical*, em 1996, estabelece-se punição para servidores grevistas e limita-se o número de dirigentes sindicais; em 1998, inibe-se a validade de acordos e convenções até que novos sejam negociados; e, em 2001, define-se a contratação de novos trabalhadores por até três meses em caso de greve dos funcionários públicos por mais de dez dias (Pochmann & Moretto, 2002).

levando a um conservadorismo do qual o movimento tem, cada vez mais, dificuldade de sair. O auge do desemprego levou os sindicatos a aceitarem remuneração por resultado — PLR, enxugamento de estruturas administrativas, adoção de jornadas de trabalho flexíveis e redução dos salários.

A combinação devastadora de neoliberalismo e reestruturação produtiva alterou a correlação de forças a favor do capital. No âmbito interno à fábrica, processos de *downsizing* reduziram o número de trabalhadores e diversificaram as formas de exploração da força de trabalho. A flexibilização produtiva, a desregulamentação e as novas formas de gestão do capital indicavam que o fordismo brasileiro também se mesclava com novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível e elementos oriundos do chamado toyotismo (Antunes, 2011).

### **A CUT e o governo petista**

Para Antunes (2011), a fragilidade da classe trabalhadora, no momento da vitória petista, era visível. Há um recuo da luta de parcelas dos operários, sindicalistas e trabalhadores rurais e um visível processo de institucionalização e moderação do PT. Atuando como instrumento das classes dominantes e apoiado no operariado industrial, no assalariado médio e no trabalhador rural, o PT mantém o social-liberalismo preconizado por Bresser. Com forte apoio do agronegócio e da burguesia financeira e industrial, sua chegada ao poder era o culminar de um processo e não o seu início. A vitória tardia traria dificuldades em função das mudanças observadas na CUT, no PT e no país. A capacidade de gestão econômica, solapada pelas privatizações e pela rolagem da dívida pública, a fraqueza dos sindicatos urbanos e dos trabalhadores rurais e a ampla coalizão de partidos não apontavam para um projeto nem sequer reformista.

Agir em nome do desenvolvimento econômico da nação, abandonando qualquer possibilidade de participação ativa da classe trabalhadora, endossa o projeto de sociedade que busca a inclusão de “todos”, capital e trabalho, num mesmo bloco de poder. O consentimento, com a chegada do PT ao poder político (pelo menos ao poder formal), agora não é mais dos explorados em aceitarem sua condição, mas dos dominantes em cederem aos dominados a direção moral.

A vitória petista ocorre num momento que a ideologia do consenso passa a se disseminar não entre os que necessitavam da aquiescência dos

trabalhadores diante do novo republicanismo, mas entre os próprios trabalhadores. As duas maiores centrais sindicais do país, a CUT e a FS, não desmentem esta guinada do movimento sindical em direção à via conciliatória. A mediação entre os diversos interesses, a criação de fóruns de discussão, conselhos tripartites e outros aparelhos institucionais reprodutivos visam disseminar a cultura da conciliação. O Estado de Direito, baluarte da democracia, é visto como suficiente, para, pela via eleitoral, realizar reformas significativas na sociedade. Não por acaso, a sacralização do direito leva a

considerá-lo como antessala da justiça, numa clara apologia da passividade, ou de esperança passiva. A esperança de que um dia as coisas tinham que mudar somava-se à crença de que tinha-se direito, quase que naturalmente, a um quinhão na quota de distribuição social, como se os regimes políticos simbolizassem ora uma fonte de restrição, ora uma fonte de possibilidade de realização de direitos naturalmente humanos ou sociais (Oliveira, 2006, p. 9).

Ações coordenadas entre as centrais sindicais dos trabalhadores e setores industriais puderam ser observadas em reivindicações ao governo federal. Os pedidos iam desde mais conteúdo nacional em peças até a desoneração da PLR. O ímpeto de determinados seguimentos operários em busca de privilégios ia de encontro aos interesses do segmento empresarial para o qual trabalhavam. As pautas denunciam a articulação entre segmentos dos operários e do capital industrial.

O governo promove a participação de movimentos sociais e sindicatos mediante a abertura do Estado à sociedade civil organizada. O avanço do processo de democratização passa pelo acesso dessas organizações às instâncias estatais. Na prática, tal participação se traduziu no endosso das classes subalternas às intenções conciliatórias, mirando um projeto que, pela primeira vez, buscava incluir os mais pobres. A própria CUT demonstrava, pelo menos a partir de suas resoluções congressuais, as intenções do tão propalado pacto social pelo desenvolvimento de toda a sociedade. A Executiva Nacional da CUT, reunida em São Paulo, nos dias 24 e 25 de abril de 2012, aprovou a seguinte resolução sobre a conjuntura nacional:

As recentes medidas adotadas pelo governo federal de redução da taxa Selic e dos bancos públicos — Banco do Brasil e Caixa Econômica

Federal — de redução do *spread* bancário atendem em parte as reivindicações, mobilizações e negociações realizadas pela CUT nos últimos anos. Desde 2005, a CUT vem aprofundando o debate sobre um projeto de desenvolvimento para o país que pressupõe o fortalecimento do mercado interno, maior investimento público nas políticas sociais e na infraestrutura. Para isso, dentre outras medidas, é necessário um intenso movimento de redução da taxa de juros e das margens de lucros praticadas pelo sistema financeiro no Brasil, que são muito maiores que no restante do mundo. Em um ambiente de estagnação e sem ameaças de curto prazo de inflação, o movimento consistente de queda da taxa Selic deve continuar a ser um dos objetivos principais do governo, visando aumentar o consumo e o investimento, além de desvalorizar o câmbio (que tanto “estrago” tem feito à indústria), para estimular a atividade econômica do país. A redução da taxa Selic abre também a possibilidade de ampliação dos gastos públicos em investimentos, uma vez que reduz fortemente o gasto com serviço da dívida pública (CUT, 2012).

Num recuo proposital e oportuno do ponto de vista de suas direções, os sindicatos e centrais sindicais aceitam o que passa a ser imposto, agindo na condição de figurantes ou apêndice secundário. Por um lado, aceitam a posição de parceiros do governo nas ações que buscam legitimar; por outro lado, buscam impedir que reais contradições se precipitem. Por meio da conciliação, governo e organizações representativas demonstram oportunismo e fragilidade política.

A participação de representações sindicais no governo, a exemplo da CUT, viabilizou-se pela ocupação de cargos, atuação nos conselhos e arranjos setoriais. As cúpulas sindicais passam a assumir como seu o discurso das pastas ministeriais do Estado. Articulam-se ao mercado de ações pela via dos fundos de pensão e coparticipam dos grandes planos de qualificação profissional.

O debate em torno das relações entre a CUT e o Estado procura dar conta das determinações dessa relação. D’Araujo (2009) destaca a intensa participação dos trabalhadores sindicalizados em cargos do Estado e que essa participação deveu-se à crescente democratização da sociedade brasileira, que se legitimava justamente pela incorporação de atores antes excluídos do sistema político. A eleição do PT, em 2002, e a elevada sindicalização

do setor público (setor que assumiria o maior número de cargos no Estado), também contribuíram para essa forma de participação. Era notória a participação de dirigentes públicos sindicalizados em partidos, centrais sindicais e movimentos da sociedade civil. O engajamento cívico cumulativo permitia maior participação dos setores intelectualizados da classe trabalhadora em detrimento dos mais pauperizados e ligados aos trabalhos manuais. Tal forma de participação abria espaço para maior influência destes na formulação de políticas públicas.

A análise da autora questiona se tal participação representava uma adesão ou cooptação pelo Estado desses segmentos mais articulados aos espaços do poder. Tal participação, a seu ver, representava um fortalecimento da sociedade civil, sendo essa proximidade do Estado e do governo um ganho resultante do crescente poder associativo dos trabalhadores e, no caso específico do setor estatal, da condição de funcionário público.

Essa participação não fez com que o governo alterasse as bases do sindicalismo corporativo (unicidade sindical, imposto sindical, Justiça do Trabalho, manutenção do contrato de trabalho flexível e a estrutura corporativa) e nem representou uma tendência discrepante do que vinha sendo observado no relacionamento do Estado com os sindicatos. As centrais sindicais passaram a desfrutar de privilégios, como interlocutoras do governo.

D'Araujo (2009) coloca o Estado na condição de agente promotor da cidadania, capaz de ampliar a democracia ao abrir canais de comunicação no governo. Mas o problema, a seu ver, estava no impacto dessa relação sobre a prestação do serviço público, sobre o funcionamento republicano das instituições públicas e sobre a qualidade das negociações dos trabalhadores com o Estado. Preocupada em atacar os trabalhadores e suas cúpulas, limita-se a endossar a existência de setores privilegiados, nomeadamente ligados à CUT (organização com maior presença no governo), sem nenhuma alusão ao papel que cumpre esse segmento de classe no processo de legitimação do capital. Pela ocupação de cargos de confiança, na participação em fundos de pensão e na formulação de políticas públicas, a cooptação, tese defendida pela autora, viabiliza-se.

A autora identifica o aumento do poder dos trabalhadores, no contexto anterior, e o concomitante enfraquecimento do Estado nos processos de negociação, principalmente pela condição privilegiada (de estabilidade) que desfrutavam os funcionários das estatais. A participação dos trabalhadores,

no processo democrático, vista como positiva para a formação de espaços republicanos, não poderia, segundo a autora, pôr em risco a própria estabilidade democrática. As greves do setor público, aliadas às do setor privado, e o elevado número de horas paradas tinham de ser combatidas pelo capital privado e pelo Estado. O nível organizativo desses setores causava incomodo ao governo e ao capital, desde os anos 1980. O golpe dado pela reestruturação produtiva do capital e do Estado e pela remodelação das carreiras públicas foi o ajuste de contas, solapando as bases sindicais, restando apenas cúpulas sindicais. Essas, após a chegada do PT ao Estado, passam a ter uma postura pacífica diante da estrutura sindical herdada do período democrático,<sup>5</sup> mesmo que no discurso mantivesse a crítica a tal modelo.

A presença sindical nos quadros governistas contribui para flexibilizar as relações trabalhistas em prol de mais margem de manobra para o capital. A CUT busca apaziguar contradições, evitando greves e horas paradas, atentatórias, a seu ver, à competitividade. As centrais, com a intermediação sindical, pós-2008, defendem a adoção de métodos extrajudiciais de negociação, pedem ao Estado incentivos fiscais, isenções de tributos e financiamento para as empresas. Para os trabalhadores, pedem paciência, em nome da competitividade no contexto internacional e da manutenção do emprego.

Se os sindicatos e a CUT conseguem acessar os órgãos do Estado (com seus ministros influentes nos fundos de pensão estatal), os demais trabalhadores não têm a mesma influência. Os dominados dominam,

à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles próprios são os capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental (Oliveira, 2010, p. 26).

As explicações para conversão do PT em instrumento da classe dominante estavam na proliferação do neoliberalismo na América Latina, no

5 A CUT passa a defender a manutenção do imposto sindical, nos anos 2000.

desmonte do “socialismo real” e na social-democratização das esquerdas. Mesmo sob forte pressão dos sindicalistas classistas, dos movimentos sociais e do MST, a “política foi imposta pela direção e pelos setores majoritários do partido” (Antunes, 2011, p. 145). O apoio aos fundos privados de pensão, o desmonte da previdência pública e a cobrança de impostos sobre trabalhadores aposentados indicava qual seria a base de apoio. O governo petista opta por uma base localizada nos setores mais desorganizados e empobrecidos da população e na parcela da burocracia sindical que se atrelou ao Estado. A CUT e a Força Sindical passam a conviver dentro do governo. A cooptação, segundo Antunes (2011), dá-se pelo recebimento de altos salários e pela participação em comissões, conselho de empresas estatais e ex-estatais ou mesmo na ocupação de cargos em ministérios por ex-sindicalistas. A confluência de interesses aumenta a dependência, atrelando e cooptando os assentados no aparelho de Estado. O sindicalismo combativo é derrotado pela política de forte cooptação do governo Lula.

Fontes (2010) também defende a tese de que a neutralização da CUT deu-se pela sua participação em agências de Estado, como o FAT e os fundos de pensão. O apoio que o governo teve do capital financeiro e industrial foi retribuído pelo esforço em fragmentar a classe trabalhadora, desregular as relações de trabalho e os direitos sociais, visando deixar espaço para ação desimpedida sobre contratações e demissões. Embora houvesse uma ala contra e outra a favor das privatizações, aos poucos, a privatização das estatais atrela setores dos trabalhadores ao mercado de capitais. A pauperização dos trabalhadores, junto à assunção do limitado alcance da ação estatal, leva à difusão da ideologia do empresariamento de setores populares. Prolifera uma militância filantrópica que valoriza o local como espaço de construção de identidades, sem nenhuma alusão à condição de classe. Assim como Antunes (2011), Fontes (2010) percebe a adoção de uma política assistencial aos mais pobres e desorganizados, por um lado, e, por outro, uma associação entre sindicalistas e capital financeiro. Produziram-se políticas que atuaram no interior das organizações dos trabalhadores

interessando-as e comprometendo-as com os processos de acumulação de capitalista, golpeando-as por um lado e, por outro lado, levando-as a consentir, por razões pragmáticas, no próprio processo de fragilização de suas condições de existência (Fontes, 2010, p. 334).

Entre ações truculentas (uso da violência) e convencimento, o governo Lula aprofunda o papel dos fundos de pensão e dos seus investimentos como alavanca para a concentração de capital, concluindo a desfiguração das direções do movimento sindical. Como controladores de empresas, ajudam na centralização e concentração de capitais, gerindo ativos de até R\$ 137 bilhões, em 2005, ou 17% do PIB. Tais fundos “evidenciaram a possibilidade de capturar não apenas recursos, mas gestores qualificados forjados no movimento sindical, como elementos fundamentais no apassivamento dos trabalhadores pelo capital” (Fontes, 2010, p. 337). Serão também participantes ativos de profundas reestruturações empresariais e passam a buscar a redução do tempo de retorno dos capitais à sua forma dinheiro, elevando as taxas de lucro.

### **Considerações finais**

Com o desenvolvimento do processo de acumulação de capital, já na fase avançada do estágio fabril, as relações do Estado com a burguesia se alteram. A partir do século XX, sob o arcabouço institucional da democracia representativa e com governos eleitos pelo sufrágio universal e direto, a luta de classes se acirra, e tende a ser canalizada para dentro das instâncias estatais. O confronto dos interesses organizados e a respectiva correlação de forças definem os eixos estruturantes das ações do Estado. O Estado assume funções cada vez mais significativas, na medida em que se acirra a luta de classes. O Estado, forma de organização que os burgueses se dão no exterior e também no interior das suas respectivas formações sociais, com vistas a garantir a propriedade e seus interesses, é também o meio pelo qual a classe dominante faz do seu interesse o de toda a sociedade civil. O uso cada vez mais intenso do poder político pela classe dominante reforça as condições de dominação e exploração do trabalho assalariado.

O processo de formação dos Estados-nação conta com a participação institucionalizada das organizações operárias. O Estado vai ganhando força à medida que se fortalece também a forma corporativa, mecanismo de articulação da hegemonia pela institucionalização das classes dominadas. Esse corporatismo a transforma num apêndice da conformação estatal. As organizações sindicais representam tanto um instrumento de luta dos operários contra o capital, como vai se tornar a forma pela qual a classe dominante dá um conteúdo aos conflitos sociais. O movimento sin-

dical passa a ter claramente um projeto societal que tem o Estado como eixo fundamental.

A revolução permanente, conceito surgido em 1848 das experiências jacobinas de 1789, dá vez a uma nova estratégia de luta. A fórmula da revolução permanente é superada pela fórmula da hegemonia civil. A guerra de movimento se torna cada vez mais guerra de posição, tendo a burguesia a necessidade de buscar a adesão pela cooptação. A estrutura maciça das democracias modernas, com suas organizações estatais — sociedade política, e com as associações na vida civil, dificulta a guerra de movimento, ao construir fortificações permanentes na frente de combate.

Ao final da Segunda Guerra Mundial estrutura-se uma nova relação salarial, que busca unir desenvolvimento econômico e direitos sociais. A racionalização do processo produtivo leva a maior controle sobre o trabalhador no processo produtivo e coloca a luta de classes do contexto fabril na condição de centro dinâmico das relações sociais. É um momento de grandes conquistas sociais, políticas e econômicas. Eleva-se o poder operário na fábrica e no tocante ao direcionamento das ações do Estado.

Tal configuração sociopolítica, que perdurou entre 1950 e 1970, encontra dificuldades de reprodução quando os EUA resolvem reagir diante do processo de intensificação da concorrência europeia e do acirramento da luta de classes no espaço fabril e na sociedade civil. O fim do Acordo de Bretton Woods demonstra a incapacidade do Estado em gerir as crises econômicas do capital. A autonomia dos Estados é questionada diante da expansão do poder do capital transnacional. Nesse contexto, a ideologia neoliberal emerge como denúncia das ações do Estado como determinantes para as desestruturas sociais ocorridas a partir dos anos 1970. Desloca-se a crise do próprio capital para dentro do Estado.

A crise em âmbito mundial tem impactos na periferia capitalista. No Brasil, leva à crise do regime militar, ainda nos anos 1970. A manutenção do forte arrocho salarial faz crescerem as insatisfações populares. Emergem greves puxadas pelos trabalhadores ligados à indústria. Das lutas do movimento sindical organizado em torno das estatais e das multinacionais surge a CUT, em 1983. A sua participação, do MST e do PT, serão fundamentais na transição democrática.

O sindicalismo tenta resistir ao processo de reforma social e produtiva em curso, embora seus próprios rachos ponham dificuldades para definição das estratégias de luta, dos objetivos a serem alcançados e à possibilidade

de unificação de forças. A incapacidade de qualquer grupo dirigir um projeto com base social ou levar adiante os interesses dessas classes era visível. Nesse mesmo contexto, são forjadas as noções de democracia, posteriormente utilizadas como suporte às concepções de Estado, à compreensão do papel deste no contexto democrático e às relações com ele.

Tanto a negação do alinhamento com partidos comunistas, como a crítica a um liberalismo exacerbado, compõem o leque de perspectivas existentes, naquele momento, no seio da classe trabalhadora. Parte da esquerda passa a apostar na luta política. A via moral, a limpeza ética e a modernização institucional se colocam como saídas capazes de alterar o pragmatismo autoritário e modernizar a economia.

A política institucional acolhe formas de questionamento da classe trabalhadora. A adesão das direções dos trabalhadores ao projeto fordista se mostra como aceitação dos limites da democracia que começa a se gestar nos anos 1980, com a transição democrática.

As atas congressuais e as pautas reivindicativas do período das greves, ainda no regime militar, e mesmo do momento da transição democrática, destoam do que se observou nas posições públicas. A tensão entre um projeto de longo prazo e o que se expressava no campo político eleitoral, imediato tendeu a fazer fenecer a primeira alternativa, culminando na intensificação da via institucional como desfecho das lutas populares.

A CUT não rompe com a ambiguidade que derivava do fato de ser uma esquerda organizada, proponente de mudanças, mas que, na verdade, apostava na defesa do *statu quo*. Posições dúbias confundem a defesa de uma organização de classe com o reforço de uma certa constituição do Estado, sem uma visão clara do que significa Estado.

A democracia se afirma como objetivo da luta, garantindo sua participação no direcionamento das ações estatais, vistas como meio para conquistas populares. É na luta contra o governo que se forja a incorporação do movimento e de suas práticas às hostes institucionais, revertendo, desse modo, a possibilidade de uma atividade sindical insurrecional.

O crescente número de greves, no contexto de luta pela democracia e por políticas sociais universais, não significava a possibilidade de questionamentos que ultrapassassem os limites das condições fabris dos trabalhadores (de forte arrocho salarial e forte controle político). Os trabalhadores do setor público e das empresas estatais, um dos setores mais combativos do sindicalismo, serão alvo do ataque do governo e da opinião pública que procurava enaltecer as condições privilegiadas e a ineficiência dos tra-

balhadores. O objetivo era provocar rachas entre os trabalhadores, negociando em separado com as diversas frações de classe.

O Estado, na sua forma neoliberal, introduz uma nova noção de governança, prezando pela rearticulação entre sociedade civil e Estado. Na produção de legislações e estruturas regulatórias, na coerção de movimentos não alinhados e na assimilação do discurso dos que faziam oposição, une-se repressão e participação, coerção e assimilação. A sociedade civil é vista como meio de fazer oposição ao excessivo poder de intervenção estatal, e se torna central para os resistentes. Menos do que esvaziar o Estado e suas instituições, o neoliberalismo lhe confere uma nova configuração, rearticulando os interesses das classes organizadas e as instâncias estatais.

A adesão de setores da classe trabalhadora a tal projeto se intensifica. Abandonam-se as lutas mais amplas e de longo prazo em prol de posturas pontuais e conservadoras. As pautas reivindicativas se comprimem diante dos limites da democracia representativa e da estrutura sindical corporativa. A tática é propor política setorial e fóruns tripartites.

Mesmo a noção reformista das relações entre Estado e de sociedade civil, propugnada pela CUT, como também a sua própria concepção de classe, aos poucos se modificam. O discurso que via na relação da classe trabalhadora com os empresários e o Estado uma contradição se reconfigura em defesa da harmonia entre os setores da sociedade civil organizada.

O desemprego, a quebra do protecionismo comercial e a conseqüente reestruturação produtiva levam a que os sindicatos tomem posturas defensivas (valorização de relações e contratos de trabalho mais flexíveis) para manter ou postergar seus empregos. As pautas de reivindicação incluem, cada vez mais, demandas do capital, visto como parceiro na luta pela manutenção do emprego.

Com a vitória do PT inaugura-se nova relação entre a CUT e o Estado. Aumenta o repasse de recursos do governo federal para as centrais, intensifica-se a atuação das representações sindicais como instrumento das classes dominantes, há um recuo nas reivindicações dos operários, sindicalistas e trabalhadores rurais. Intensifica-se o processo de institucionalização e moderação da CUT e as formas de adesão ao governo se concretizam pela maior participação em comissões, conselho de empresas estatais e ex-estatais.

Não sei se é possível dizer, como é o caso da tese da hegemonia às avessas, que a classe trabalhadora assume a direção do processo de liberalização social. Pode-se questionar se de fato a direção do governo federal representa a direção do processo de neoliberalização. Há maior tensão nesse campo,

mesmo que sem nenhuma alteração mais significativa nas políticas econômicas e sociais. A busca por uma relação cordial entre capital e trabalho passa a ser, cada vez mais, enaltecido, tida como necessidade para viabilização dos negócios da empresa e a consequente manutenção dos empregos.

O papel das classes trabalhadoras se reduz pela despolitização e do insulamento da luta aos estreitos limites da ordem estatal. O leque de alianças dificulta ações mais combativas e embasadas em proposições mais ligadas a uma visão classista de sociedade. Porém, alianças parlamentares e jogo eleitoral não explicam por si sós a adesão ao governo. O consentimento ativo do processo de incorporação é também a vitória estratégica dos setores da CUT que entendiam ser esse o caminho de integração ao novo contexto nacional e mundial. Podemos dizer, com base no que se observou no Brasil e diante das atitudes da CUT, principalmente entre 2003 e 2010, que governos trabalhistas, de origem, conseguem consensos mais duradouros e planos de negociação mais eficientes que os construídos por governos conservadores e baseados em coalizões mais à direita. Contudo, se há tensão maior nas instâncias estatais pela direção da sociedade, no campo mais amplo da sociedade civil e em termos de uma luta mais direta contra o capital, o que se observa é um arrefecimento das lutas.

As reformas sofisticam a dominação quando destituídas de uma perspectiva de transformação social. A chegada ao poder pela via eleitoral, mediante o rebaixamento programático, representa o abandono das bandeiras históricas e uma acomodação de interesses entre classes antagônicas. Intensificaram-se posturas corporativas, reduziu-se a capacidade das organizações sindicais de atuarem como promotoras de identidades coletivas de classe, com projetos próprios. Ideologias que pregam o espaço público estatal como espaço fundamental da política e a luta por direito como um momento da luta de classes ajudam a limitar o raio de ação da classe trabalhadora e ignoram a limitada importância da legislação sobre a condição da classe. Essa tem, na verdade, o papel de dissuadir a luta e amenizar o caráter desumano do capitalismo.

## Referências

- ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho*. São Paulo: Ed. Unicamp/Ensaio, 1988.
- . *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- BOITO, A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.º 3, pp. 80-106, 1996.
- CARDOSO, A. *A década neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CUT. *Circ. EE 05015095647/SG/2012*, São Paulo, 3 de maio de 2012. Resolução política da Executiva Nacional da CUT. Disponível em <<http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3>>; acesso em 11-6-2012.
- D'ARAÚJO, M. C. *A elite dirigente do governo Lula*. Rio de Janeiro: Ed. CPDOC, 2009.
- DIAS, E. & BOSI, A. Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. *Revista Outubro*, São Paulo, n.º 12, pp. 45-69, 2005.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
- IASI, M. *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.
- LESSA, S. & TONET, I. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Ed. Instituto Lukács, 2012.
- LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- NASCIMENTO, A. & TONET, I. *Descaminhos da Esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo: Alfa Ômega, 2009.
- OLIVEIRA, F. Quem canta de novo L'Internationale? In: SANTOS, B. S. (org.). *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 135-69, 2005.
- OLIVEIRA, N. *Neocorporativismo e Política Pública: Um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado*. São Paulo: Loyola, 2004.
- . Neorreformismo e fragmentação social (ou só é “otimista quem quer”). *Cadernos do Ceas*, Salvador, n.º 221, p. 9-40, 2006.
- POCHMANN, M. & MORETTO, A. Reforma trabalhista: a experiência internacional e o caso brasileiro. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano III, n.º 2, pp. 78-9, 2002.
- VIANNA, L. W. *Classe operária e a abertura*. São Paulo: Ed. Cerifa, 1983.
- ZANETTI, L. *O “novo” sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fase, 1995.